

002ª Audiência Pública 15ABR2024

 Pauta: Debater o [PLCE nº 031/23](#).

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): (19h16min) Boa noite. Convidamos para compor a Mesa desta audiência pública o Ver. José Freitas, vice-presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Marcelo do Nascimento, comandante-geral da Guarda Municipal; Sr. Rodrigo Lattuada, administrador da SMAP; Sr. José do Espírito Santo, presidente da Associação dos Guardas Municipais; o Dr. Wilson Cicognani, advogado da instituição. Prestigiam ainda esta audiência pública o Sr. Cassio Trogildo, secretário municipal de Governança Local e Coordenação Política; Sr. Alexandre Aragon, secretário municipal de Segurança; Sr. Gelson Guarda, secretário municipal adjunto de Segurança; Sra. Juliana Cucchiarelli, procuradora-geral adjunta de pessoal e serviços públicos; Sr. Richard Dias, secretário adjunto de Administração; Sr. Fabiano Behlke, diretor-geral do Previmpa.

Passamos à leitura do edital:

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 15 de abril de 2024, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal, localizado na Avenida Loureiro da Silva nº 255, nesta Capital, para debater sobre o assunto acima referido. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/139729>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do email: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 3 de abril de 2024.
Ver. Mauro Pinheiro, Presidente.

De imediato, passamos a condução dos trabalhos ao Ver. José Freitas, vice-presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa noite a todos, declaro aberta a referida audiência pública. Estaremos recebendo inscrições, podem se dirigir à minha esquerda, à Diretoria Legislativa, para fazer as inscrições – cinco favoráveis ao projeto, cinco questionando o projeto. Por gentileza, podem passar à minha esquerda.

Passo a palavra para o Sr. Marcelo Nascimento, comandante da Guarda Municipal. Por gentileza, o senhor tem 10 minutos.

SR. MARCELO NASCIMENTO: Presidente, Ver. José Freitas, cumprimentando o senhor, cumprimento todas as demais autoridades, vereadores, secretários, colegas, povo de Porto Alegre que está aqui. Inicialmente, quero parabenizar todos os meus colegas, vocês não sabem a satisfação que eu sinto, como comandante da Guarda, em ver isso aqui cheio de guardas, independentemente da opinião, de ser a favor ou contrário. A Guarda vai fazer 132 anos de existência agora em novembro, a Câmara Municipal tem 250 anos de existência, e é a primeira vez que nós estamos aqui na Câmara discutindo um projeto da Guarda e para Guarda. Seja a favor ou seja contra esse é um momento fundamental na nossa história e eu quero que vocês todos o valorizem como uma grande oportunidade de mostrarmos à população que a Guarda Municipal é uma instituição organizada, com servidores dedicados e que estão lutando por seus direitos, sejam eles quais forem, mas de forma ordeira, com educação e sem violência, mostrando a todos os vereadores que representam o povo de Porto Alegre que a Guarda Municipal precisa ser valorizada e está aqui para ser escutada. Independentemente da opinião, acredito que todos nós, depois desta audiência, vamos sair mais fortes como instituição e como servidores da Prefeitura de Porto Alegre.

De forma muito rápida, eu quero chamar aqui na tribuna o técnico da SMAP que ajudou a fazer o plano de carreira, porque ele vai explicar tecnicamente os detalhes, sobretudo aqueles que geram polêmica entre os nossos colegas, sobre esse plano que foi trabalhado de forma muito intensiva, foi muito discutido, andou por praticamente quase todos os setores da Prefeitura para que ele chegasse

onde ele está agora. Precisa de ajustes? Pode ser que precise de ajuste, sim. O governo – estou falando agora pelo governo – está aberto a fazer mudanças, adaptações que forem necessárias e que forem possíveis para que todos saiam com o mínimo de satisfação desse plano. Não há problema nenhum em fazermos mudanças legislativas através de todos os mecanismos possíveis, o importante é que vocês tenham em mente que, quando esse plano foi construído, ninguém, em nenhum momento, pensou em prejudicar ou deixar alguém para trás, nunca foi pensado isso, de forma alguma. Tanto que agora a explicação técnica deles vai mostrar que não há sobreposição de novos para velhos, não há perdas salariais, e que de toda feita nós procuramos fazer o melhor possível para que o governo valorizasse a nossa instituição. Cento e trinta anos de história não se muda da noite para o dia, por isso foi um grande desafio fazer esse plano com todas as mudanças necessárias, mas buscando o equilíbrio entre a valorização daqueles que trabalharam e nos fizeram chegar até aqui hoje, com aqueles que estão por vir e ainda vão levar o nome da Guarda Municipal de Porto Alegre. Tenham a certeza que para os ideais e os valores que todos nós aqui lutamos não haverá obstáculos, nós vamos suplantá-los sempre pelo bem comum da sociedade, porque esse é o único objetivo da existência do servidor público, qualquer coisa diferente disso está errada.

Quero chamar aqui o Rodrigo para que apresente o plano a todos aqueles que ainda não tiveram oportunidade. Muito obrigado para todos vocês e que a gente tenha um bom debate.

SR. RODRIGO FLACH LATTUADA: Boa noite a todos, a gente trouxe uma apresentação para tratar do plano.

(Procede-se à apresentação.)

SR. RODRIGO FLACH LATTUADA: Então, é uma apresentação bem didática do que trata o projeto de lei. É uma reestruturação da Guarda, é uma adequação ao Estatuto Geral das Guardas Municipais. A gente cria um plano de carreira

novo que é bem diferente do que se tem na Prefeitura, é o primeiro plano de carreira real que a gente tem. Nesse plano de carreira, a gente tem uma nova forma de remuneração dos servidores por subsídio, tem um modelo de ascensão funcional também, que a gente modelou de uma forma a incentivar especificamente o desenvolvimento profissional. Tem um plano de transição para os guardas municipais, porque efetivamente nós estamos mudando os cargos dos guardas municipais para uma nova carreira, e a gente não queria deixar ninguém para trás. A gente tem uma criação de um quadro de funções gratificadas específica da Guarda, é exclusivo para guardas municipais com valores mais altos do que os valores atuais. A gente cria a diária operacional que é uma forma de substituir a hora extra, cria uma bolsa-auxílio para o candidato a guarda que está fazendo o concurso para que ele tenha uma formação com a própria Guarda, que ele já possa entrar mais qualificado. A gente altera a idade máxima de ingresso, que atualmente está em 25 anos, passa para 30, e estabelece uma previsão de reserva de vagas para sexo feminino, atendendo o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Então, quais são os parâmetros? A gente está criando 1,2 mil cargos; hoje tem 937 somando todas as Guardas Municipais. Unifica então, na secretaria de segurança, todas as estruturas da Guarda Municipal e dos guarda parques que trabalham na SMAMUS atualmente. A gente vai reenquadrar todos os guardas municipais e todos os guarda parques na nova carreira, garantindo a irredutibilidade no reenquadramento.

A gente tem uma remuneração da carreira por subsídio, com oito níveis de promoção, diferentemente do que tem atualmente, um cargo isolado. Vai passar a ter oito classes de cargos na carreira, às quais o servidor pode ascender, e as atribuições dessas classes, elas são mais complexas gradualmente à medida que o servidor avança na carreira.

Então, o que muda para a carreira? Atualmente tem um cargo isolado, ele não dá acesso a nenhum outro cargo por promoção, a gente tem uma remuneração por vencimento e gratificações, uma remuneração inicial de 40 horas de, mais ou menos, R\$ 2.818,00, somando-se vencimento, RTI e risco de vida. A gente

sabe que tem algumas vantagens que o servidor pode receber também, mas são vantagens um pouco mais precárias; então, não tem muita garantia de que o servidor receba. A ascensão é horizontal; então, ele passa de uma referência para outra na mesma classe de cargo, e as progressões têm um incremento de 5% do vencimento básico de uma referência para outra.

A nova carreira, o plano, ele organiza o cargo de guarda civil metropolitano em uma carreira de oito classes de cargos para as quais o servidor pode ser promovido durante a carreira. A remuneração é por subsídio, como a gente já falou, o subsídio inicial é de R\$ 4.188,09. A ascensão é vertical – de uma classe para outra – e as promoções têm um incremento de 20% de uma classe para outra. Então, é um aumento bem significativo. Aqui a gente trouxe só os valores do subsídio, ele inicia em R\$ 4.188,09, ele finaliza com R\$ 11.391,58, no final da carreira. Esses valores não vão ser pagos de imediato, eles iniciam com 85%, passam para 90% no ano seguinte, 95, então, passa a ser integral em 2027. A remuneração por subsídio é uma remuneração em uma parcela única, ela não tem penduricalhos, ela não tem toda aquela quantidade de rubricas que a gente tem no nosso contracheque, mas ela é compatível com algumas vantagens que são garantidas pela Constituição. Então, os servidores certamente mantêm o direito à gratificação natalina, adicional de férias, abono de permanência, e gratificação por função, inclusive, é incorporada. Então, a gratificação por função incorporada do servidor não vai compor o subsídio, ele vai continuar recebendo esse valor que ele recebe atualmente. Ele pode receber também diárias operacionais como forma de remuneração do serviço extraordinário. A parcela de equivalência individual, que vai depender da situação pessoal de cada servidor, e as parcelas indenizatórias, como vale-alimentação, vale-transporte, diárias e outros. A gente trouxe aqui os valores das funções gratificadas, a gente reconhece que existe realmente uma... vai existir uma complexidade maior na atuação dos guardas; então tem um aumento de 70% até 265% nas funções gratificadas. Elas passam a ser compostas do valor atual delas mais uma parcela complementar que vai elevar esse valor.

O acontece com os servidores atuais? Todos eles vão ser reenquadrados na classe de Guarda Civil Metropolitano I, que é a classe que foi modelada para ser equivalente ao cargo isolado de guarda municipal e de guarda parques de hoje. Ele efetivamente sai de um cargo para entrar no mesmo cargo, só que no novo cargo, ele tem uma possibilidade de ascensão na carreira. As classes subsequentes trazem as atribuições mais complexas, a gente está assegurando todos os direitos adquiridos e vai fazer uma compensação dos direitos em aquisição, isso, a gente explica um pouquinho melhor em seguida. O servidor vai ter uma parcela de equivalência individual para manter a remuneração dele. Tem uma regra que garante um ganho real em qualquer promoção, então, a gente não tem aquela regra que o subsídio absorve integralmente a parcela, e a carreira já trilhada pelos servidores vai ser utilizada como base também para pontuação nas promoções.

As regras de transição, então, a gente tem uma regra de promoção menos restritiva, uma regra de promoção que permite que o servidor seja promovido ano a ano, e a gente tem regras de transição também no valor da diária operacional. Então, nos primeiros sete anos da carreira, a diária operacional vai ser calculada por tempo de serviço e, após o período de transição, ela passa ser calculada de acordo com a classe do servidor. Durante o período de transição, a gente vai manter o requisito de tempo no cargo; então, o servidor, para que ele ascenda ao nível 7, ele tem que ter 22 anos como guarda. Para que ele ascenda ao nível 8, ele tem que ter 26 anos como guarda, e assim todos os tempos mínimos são mantidos.

A gente trouxe uma comparação de ganho real, é um ponto, eu acho que talvez não esteja bem compreendido no Município, de quais são os efeitos da Lei Complementar nº 851/2019, que extinguiu os adicionais de tempo de serviço e reduziu o valor dos avanços. Então, a gente tem um servidor de 30 anos no cargo, por exemplo, ele pode ser promovido nos próximos sete anos, até sete vezes, e ele vai ter, no mínimo, um adicional remuneratório de R\$ 209,41, mas esse adicional pode chegar a R\$ 5.318,85; na situação atual, um servidor da letra F, o único incremento remuneratório que ele tem é o avanço, o avanço que

atualmente é de 3% a cada cinco anos e incide só sobre o vencimento básico. Então, ele vai ter um aumento de, no máximo, R\$ 118,00 por mês na carreira atual. Aqui, a gente trouxe só os valores das diárias operacionais, eu acho que pode passar isso, porque está expresso no PL. Então, as vantagens temporais, todas elas vão ser mantidas como parcela de equivalência individual e as vantagens temporais que estejam em aquisição, o servidor vai receber uma compensação por elas. O servidor que esteja há cinco anos sem receber um avanço, ele vai receber 5% sobre o vencimento básico; o servidor que... Como a gente sabe que está com progressões atrasadas, a gente vai finalizar uma agora, mas, de 2016 em diante, a gente está sem progressões realizadas. A gente vai dar uma compensação para o servidor, de 0,5% por ano que eles estiveram na mesma referência, contando de 2017 para frente, até o máximo de 5% sobre o valor do subsídio, não sobre o valor do vencimento. Então, com relação à aposentadoria, o servidor com paridade vai ficar cinco anos na classe e se aposenta com valor integral. Se ele não atingiu os cinco anos, ele recebe o valor da classe anterior mais um proporcional ao tempo que ele permaneceu na classe de aposentadoria. Então é uma regra que, talvez, pareça um pouco restritiva, mas ela é bem benéfica, a gente fez diversas simulações sobre isso. Então ele pode receber até 80% da diferença desse valor, se ele não ficar os cinco anos.

Para os servidores inativos, então, eles são enquadrados também na classe de cargos que substitui a classe de guarda municipal, que é a Guarda Civil Metropolitano I, tem a garantia de irredutibilidade dos proventos. Então ele não vai ter nenhum valor a menos, ele vai ter o subsídio da classe mais uma parcela de equivalência individual. Os valores que excederem, então, virão em parcela de equivalência. E se o servidor tiver um provento inferior ao subsídio, ele vai ter um aumento até o valor do subsídio. Então ele pode ter um aumento também, de acordo com a sua situação funcional.

Basicamente, era isso que a gente trouxe para tentar fazer só uma explanação bem breve, mas a gente sabe que é um tema complexo, é algo bem diferente do que a gente tem na Prefeitura. Eu acho que a gente fica aberto a

questionamentos por escrito, depois a gente pode passar um contato ali, pelo Nascimento, para que a gente possa tirar alguma dúvida que tenha ficado. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Rodrigo. Embora tenha passado o tempo, eu deixei passar o tempo porque eu acho interessante a todos ficarem a par da posição do projeto. Cumprimento aqui os secretários, Dr. Cassio Trogildo, Gelson, também o secretário Aragon, os demais secretários, secretário Richard, os colegas Ver. Airto Ferronato, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Jonas Reis, Ver. Pedro Ruas, e todos servidores, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Passo para a próxima inscrição, o Dr. Wilson vai falar primeiro, dividindo o tempo com o José do Espírito Santo. Sr. Dr. Wilson Cicognani, advogado da Associação das Guardas Municipais, por gentileza.

SR. WILSON CICOGNANI: Boa noite, Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ver. José Freitas, em seu nome aproveito para cumprimentar os demais vereadores aqui presentes; nosso presidente da AGMPA, Espírito Santo; comandante Nascimento, por quem tenho uma admiração especial; nosso secretário Aragon, que está presente; demais secretários e autoridades presentes aqui. Eu preparei quatro *slides* para essa fala, para a AGMPA tentar demonstrar quais as nossas contrariedades ao projeto. A gente acha importante um plano de carreira, um projeto para a Guarda, ainda mais, como falava com secretário agora há pouco, a Guarda mais antiga do Brasil precisa dessa remodelação. Mas nós, enquanto analisamos o projeto, achamos que ele traz alguns retrocessos para o atual quadro da Guarda Municipal.

Eu queria começar falando sobre a estrutura que foi montada para o projeto. Hoje, a Lei nº 13.022, de 2014, o Estatuto Geral das Guardas Municipais, diz que o agente de segurança pública, guarda municipal, é um agente civil, de natureza civil, inclusive veda que se tenha algumas características militares. Por que eu estou dizendo isso? Porque o projeto foi concebido a partir de uma matriz de natureza militar. Se nós olharmos ali... Eu trouxe, como referência, outros órgãos

de segurança pública. Eu sou advogado hoje, mas eu já fui policial civil, tenho alguma experiência na segurança pública, meu filho é delegado federal, e conversava com ele, inclusive, sobre a ascensão na classe da Polícia Federal. Nós temos apenas quatro classes na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal e na Polícia Civil. Na verdade, na Polícia Civil, nós temos até cinco, porque antigamente o comissário de polícia era equiparado ao delegado de primeira classe, mas os delegados são quarta classe. Como regra geral, em todo o Brasil, as carreiras policiais de natureza civil são regidas, normalmente, por quatro classes. E essas classes possuem ascensões diferenciadas das ascensões das carreiras militares. Se nós pegarmos hoje como foi composto o atual quadro da Guarda Municipal, são oito níveis, e nesses oito níveis foram criadas atribuições para cada tipo de classe, coisa que só acontece nas carreiras militares. O delegado de polícia ou escrivão de polícia ou o agente da polícia, todos eles, em qualquer classe que ele esteja, ele tem as mesmas atribuições, as mesmas, ele só vai estar num grau hierárquico diferenciado, mas as atribuições do cargo são as mesmas. Diferentemente do que está acontecendo aqui nesse plano em que eu estou criando atribuições diferenciadas para cada classe.

Outro problema que a gente enxerga é que, ao contrário dos demais órgãos de segurança pública, na Guarda Municipal eu tenho um número limitado por classe, que é a mesma coisa como acontece nas polícias militares. Nos demais órgãos, como na Polícia Civil, por exemplo, eu tenho tempo e mérito. Então um período eu ascendo por tempo e outro por mérito. Na Polícia Federal, por exemplo, para subir, a avaliação é de desempenho, que é feita pela chefia imediata, e no final ele faz um curso de aperfeiçoamento para subir para a classe imediatamente superior. Aqui, eu tenho um curso de formação específico para cada classe, como se cada classe fosse um cargo independente, isso só se concebe, só acontece nas carreiras militares, não acontece em nenhuma carreira de servidor estatutário, muito menos nos demais órgãos de segurança pública de todo País. Então esse é um outro diferencial. O que a gente enxerga quando tu colocas um número de cargos por classe, isso vai trancar a carreira? Chegou

um tempo na Polícia Civil, trazendo como exemplo, isso na época que eu entrei na Polícia até, na década de 1990, em que 80% dos policiais civis estavam na quarta classe. Isso não era nenhum problema, porque as atribuições são iguais para todos. Eu só vou atribuir a chefia para o mais antigo, para alguém que tenha mais competência, mais experiência, mas vários policiais, a maioria, estavam na quarta classe naquele momento histórico.

Aqui, o que vai acontecer hoje? O colega estava dando explicação, todos os guardas municipais, inclusive quem está no final da carreira já por se aposentar, vão ser jogados no início da classe. E o que vai acontecer com ele? Em cinco, 10 anos, ele não vai passar da segunda ou terceira classe. Hoje ele está se aposentando na última letra, na letra E ou F, mas agora, nesse novo formato, ele vai trancar na segunda ou na terceira classe, ele não vai subir, porque se o que está em cima não subir, ele não sobe. Se em um determinado momento tiver um grupo de guardas municipais: “Eu estou satisfeito aqui no meu terceiro nível, não quero mais ascender”, ele não ascende e não deixa que os demais ascendam também. Isso é um problema para o plano de carreira, porque acaba desmerecendo os servidores mais antigos, que estão sendo jogados no início da carreira.

Outra incongruência que a gente vê e que tem a similitude com as carreiras militares é o requisito de idade. Hoje o STF tem pacificado o entendimento de que estabelecer critério de idade só para determinados cargos, com algumas peculiaridades muito específicas. E no âmbito da segurança pública, a única carreira em que tem sido permitido estabelecer limite de idade são as polícias. E aqui, nesse nosso plano, jogamos limite de idade, também o que é mais um indicativo de que é uma característica militar que está sendo usada para fazer esse plano de carreira.

Outra incongruência que a gente enxerga é a questão do nível superior para chegar no final da carreira. Eu estabeleço que o grau de instrução para um determinado cargo é nível médio ou nível superior, eu não posso exigir desse servidor público que se ele quiser chegar no final da carreira – como é o caso para chegar no GCM inspetor 1 ou 2 – que ele tenha que fazer uma graduação

de nível superior. É o que está sendo exigido nesse plano. Eu não posso fazer isso. Inclusive isso pode caracterizar uma ilegalidade ou uma inconstitucionalidade para derrubar essa lei lá na frente. Então, essas são algumas questões especificamente com relação ao cargo em que a gente acha que existem inconstitucionalidades, ilegalidades e que também prejudicam o servidor.

A questão do subsídio – hoje, como ele está formatado, na verdade há uma redução de salário, sim, do servidor. O subsídio, hoje, se eu não me engano, o limite estabelecido é de R\$ 4.188,00. Claro que o servidor não vai ter perda porque foi criada a tal da parcela de equivalência. A parcela de equivalência nem precisava estar dentro dessa lei, porque a Constituição Federal fala em irredutibilidade de vencimento. Se eu vou criar um subsídio em que o valor é menor do que o que o servidor está ganhando, obviamente que o Executivo tem que fazer essa complementação, porque a Constituição veda a redução de vencimentos. O problema todo é que essa parcela de equivalência está sendo tratada como todas as vantagens que o servidor tem. Então, na medida em que um servidor, hoje, ganha R\$ 8 mil, que está no final da carreira, ele vai passar a ganhar R\$ 4 mil, ele vai ganhar uma parcela de equivalência de R\$ 4 mil, que seriam as vantagens pessoais, temporais, a RTI que ele tem e que estão sendo jogadas numa parcela de equivalência para ele não ter perda. Só que essa parcela de equivalência vai desaparecer, porque à medida que ele vai ascendendo na carreira, os mais antigos, por exemplo, se conseguirem ascender, ou até os novos, que vão encontrar muita dificuldade em ascender também, se ele subir, essa parcela de equivalência vai ser reduzida. A tendência da remuneração desse servidor é encolher. Aparentemente não encolhe, em termos numéricos não vai diminuir; mas com o passar dos anos ele vai perder, porque ele vai ficar, no mínimo cinco, sete, oito anos com a mesma remuneração. Ele não vai ter aumento salarial. Então, não vai ter perda? Aparentemente não, mas esse valor vai ser corroído com o tempo. E o que é que a gente entende então? Que na criação desse subsídio com essa parcela autônoma, o subsídio não levou em conta todas essas vantagens que o servidor

tem, porque ele jogou na parcela autônoma. E o que é que acontece? A Guarda Municipal, desde 2018 e desde 2020, passou a ter novas atribuições: atribuições de fiscalização, de apreensão, de fiscalização dos logradouros. Essas novas atribuições de fiscalização, principalmente de apreensões, são as mesmas atribuições que outros servidores do Município exercem, que estão na faixa 7. Por isso que a Guarda Municipal entende que a composição do subsídio – não estou falando da parcela única – deveria compor essas novas atribuições. E o que eles entendem? Que esse risco de vida deveria ser majorado, e eles usaram um padrão da GCM de Pelotas, de 185%. Eu, em 2007, 2008, quando eu ainda fazia parte da Polícia Civil, eu estava no jurídico do Sindicato da Polícia Civil e ajudei a construir o nosso projeto do subsídio. E o que a gente construiu na época, e isso foi na época do governo Yeda Crusius, mas foi aprovado no governo Tarso Genro, a gente conseguiu colocar 222%, que era o risco de vida da Polícia Civil para dentro do subsídio. (Palmas.) O que acontece hoje? Nós temos um risco de vida de 30% do guarda municipal. É isso que o Município enxerga. Quanto é que vale a vida desse guarda municipal? Vale 30% só? Pois são esses 30% que estão entrando para dentro do subsídio; ou seja, não há nenhuma valorização. Bom, se nos trouxesse uma proposta, então, de que vão aumentar o subsídio para diminuir a parcela de equivalência, *ok*. Mas não é isso que está sendo feito. Então, eu volto a dizer que essa não valorização vai acarretar perdas, em um curto/médio espaço de tempo, para os guardas municipais.

Da parcela de equivalência eu já falei, ela está sendo tratada como remuneração, porque as vantagens foram jogadas lá para dentro, e haverá uma absorção então desses futuros aumentos, e, no final, quando acabar a parcela de equivalência, o guarda vai ficar só com aquele subsídio, que não vai ter mais o mesmo valor econômico de cinco, dez anos atrás.

Por último, então, outra incongruência, e, na verdade, até é uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade que a gente vislumbrou no projeto, Presidente, é a questão da diária operacional. A diária operacional é outra maquiagem que foi feita dentro desse projeto, porque a diária operacional está maquiada com esse nome, mas,

na verdade, elas são as horas extras. O próprio colega do Município explicou que são as horas extras. Só que o que acontece? Hoje, os servidores da Guarda Municipal, assim como todos os outros servidores, recebem horas extras, sobre essas horas extras incide contribuição previdenciária, e elas podem ser incorporadas; dependendo do tempo que fica, tem um cálculo de média, ele incorpora isso. O que esse projeto faz? Ele tira a possibilidade de o servidor ganhar hora extra, cria essa diária operacional, sobre a qual não incide contribuição e não leva para a aposentadoria. O que é diária operacional e o que é hora extra? A hora extra é remunerar um servidor por um serviço que ele está prestando num momento em que ele poderia estar de lazer. Com essa maquiagem que foi feita nas horas extras, ele não vai contribuir para a previdência e não vai poder levar para a aposentadoria. Na verdade, eu não poderia fazer isso porque se ele está sendo remunerado por um serviço, ele não pode ser indenizado por isso, ele tem que ser remunerado, e se ele é remunerado tem que incidir, sim, contribuição previdenciária e tem que, sim, haver a possibilidade de levar para a aposentadoria. Inclusive eu trouxe até um julgado do STJ que é com relação à Polícia Rodoviária Federal em que se reconheceu, sim, a possibilidade de a Polícia Rodoviária Federal receber hora extra concomitante com subsídio e inclusive com a incidência da contribuição previdenciária. E o projeto está tirando esse direito que hoje os guardas têm de poderem fazer hora extra, pagar a previdência e levar lá para a aposentadoria. Peço desculpas por eu ter excedido um pouco o tempo. Eram essas as considerações.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado. Dr. Wilson. Na verdade, o Dr. Wilson e o José Espírito Santo iam dividir os dez minutos, mas nós vamos abrir 3 minutos aqui para o José do Espírito Santo, Presidente da Associação dos Guardas Municipais.

SR. JOSÉ FRANCISCO DO ESPÍRITO SANTO: Bom, registro minha saudação ao Ver. José Freitas, Vice-Presidente da Câmara, trabalhei com ele por nove

anos no Conselho Tutelar, quando era conselheiro; saúdo o secretário Aragon; secretário Gelson; secretário Cassio; ao meu comandante Nascimento; saúdo as demais autoridades que estou vendo aqui; os vereadores; e saúdo também os colegas da Guarda. Quando eu falo colega da Guarda não é o que está chegando ou o que é o mais antigo, são todos os colegas, porque vão trabalhar ombro ao ombro na rua, e lá não vai ter distinção. Não vai ter distinção! Eu gostaria também de aproveitar este momento só para colocar que quando tu fazes um plano de carreira é quase como construir uma casa, e, seja novo ou seja antigo, ou tenha mais idade, ou mais experiência, começa-se por uma base. Esse plano não começou pela base. A base seria nós entrarmos com as representatividades sindicais e construirmos o plano. Esse plano foi feito de forma unilateral e por isso nós batemos sempre de frente. Sempre falamos para o Comandante Nascimento que, da forma que ele estava conduzindo, não era a melhor forma de se construir um plano de carreira. O secretário estava colocando ali que precisaria ter um plano de carreira porque tem que mandar para Brasília, porque tem que vir recursos para Porto Alegre. Não é problema meu, é problema do governo! Nós temos que nos colocar à disposição para discutir com o governo um plano de carreira que seja justo. Não é justo tu começares uma carreira onde tu estás quase no final dela, uma letra E, como muitos colegas estão, e tu voltares lá para o início. É a mesma coisa, colegas, se você entra na universidade, termina a faculdade, e alguém chega e diz o seguinte: “Olha, agora, para fazer uma especialização, tu vais ter que voltar lá para o segundo grau, para o terceiro ano”. Isso não é justo, o justo é fazer um reenquadramento por tempo de serviço. Se tem um impacto financeiro, tem como resolver, porque dinheiro na Prefeitura, secretário Cassio, não está faltando, temos um superávit, e, se nós temos um superávit, o governo pode bancar. Aqui nesta Casa, o governo bancou o aumento de salário para eles; para os servidores, não foi aquilo o que nós esperávamos. Então, para a Guarda Municipal, para a gente que prende, colega, e aí não interessa se é novo ou se é antigo, a gente está na rua se expondo por 30% de risco de vida? E depois tem a Lei nº 832/18, que é a lei que alterou, Xavier, as nossas atribuições. Aí essa lei nos colocou para

fiscalizar e autuar. A Lei nº 874/20, que alterou para nós começarmos a correr atrás dos flanelinhas – correr atrás dos flanelinhas, nós temos que correr, porque eles correm também –, aí querem dizer que fazem um plano justo para nós e não colocam a nossa valorização, não colocam o nosso percentual de risco de vida. Não dá para aceitar uma coisa dessas, não dá para aceitar um plano dessa forma. Por isso que nós viemos para esta Casa solicitar a retirada do projeto para que a gente possa ter fôlego para discutir.

(Manifestações nas galerias.)

SR. JOSÉ FRANCISCO DO ESPÍRITO SANTO: Esse projeto não está sendo bom nem para quem está no fim de carreira nem para vocês que vão fazer uma carreira, que vão nos substituir, porque nós ou vamos nos aposentar ou morrer, é isso o que acontece na nossa vida natural. Então, por isso que eu coloco, moçada: para mim, a Guarda não está dividida, o que há é um posicionamento talvez equivocado que apresentaram para os colegas que estão chegando, e vocês vão ver que esse equívoco que está sendo feito tem como corrigir. Acho muito estranho quando o comandante coloca, e nós temos falado muito isso, que agora vão mandar para a Câmara de Vereadores e vão colocar emenda. Se o projeto estava dentro da casa do Executivo, nós queríamos que o projeto saísse de lá redondinho, aí joga a responsabilidade agora para os vereadores? Para a gente colocar emendas? Nem todos têm a mesma compreensão que nós temos, e somos nós que estamos com o colete na rua, somos nós que estamos armados na rua, é lá que nós estamos.

Então, eu coloco para vocês que é equivocada essa questão do projeto. Tem vários pontos do projeto que eu poderia debater, mas, como tem cinco inscrições, os colegas vão expor isso aí. Quero também dizer aos colegas que eu sou presidente da associação, eu não sou presidente da associação só dos colegas que têm mais tempo de casa. Eu quero ser o presidente da associação de todos os guardas municipais; a quem está chegando, dou boas-vindas, e os colegas que estão indo embora, que daqui a pouco estão se aposentando, que

tenham uma aposentadoria digna. E o mais cruel também é que tem a lei do Município que se chama paridade. A paridade tem que ser cumprida nisso, e aqui eles rebaixam os aposentados, pois tu optaste pela paridade e aí tu também ficas num nível mais baixo, isso não poderia acontecer. Acho que o governo Melo, que diz ser do diálogo, deveria retirar o projeto, porque nós vamos vir nesta Casa e nós estamos conseguindo os votos da base do governo para derrotar esse projeto. Esse projeto não é bom para a Guarda, e nós vamos lutar por isso.

(Manifestações nas galerias.)

SR. JOSÉ FRANCISCO DO ESPÍRITO SANTO: Queremos, sim, um plano de carreira justo, não maquiavélico como foi feito pelo governo. Só queria pedir aos colegas, antes de encerrar, a semana foi muito triste para nós, assim como foi também na pandemia, quando nós perdemos vários colegas de várias áreas, não só da Guarda. E, nesta semana, perdemos dois colegas, o Luiz Salvador Litran e o Manuel Jorge. Peço um minuto de silêncio em respeito a eles, que foram bravos trabalhadores, como os colegas também serão aqui na Guarda Municipal. Obrigado. (Palmas.)

(Faz-se um minuto de silêncio)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Primeiro vereador inscrito é o Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Boa noite, Presidente em exercício, prezado colega José Freitas, quero cumprimentar também o comandante Nascimento, o Sr. Rodrigo Lattuada, o nosso querido Espírito Santo, o Dr. Wilson Cicognani e também os secretários que vejo aqui, Cassio Trogildo, Gerson, amigas, amigos, vejo lá o pessoal da direção do Simpa, a Cindi, vereadores, vereadoras, o Alexandre lá, a turma toda. Eu sou advogado trabalhista desde os 21 anos de idade, comecei a advogar como estagiário em 1968. Conheço um

pouco de advocacia trabalhista, Ver. Oliboni, a gente sabe um pouco dessas coisas. Há muitos anos, a Petrobras criou, Cindi, uma parcela chamada RMNR. O que era isso? Era a remuneração mínima, Ferronato, para cada função, era uma complementação. Então, se a pessoa ganhava um X mais Y, mas aquilo precisava de X, mais Y, mais Z, a Petrobras dava o Z. Se estava só o X, dava o Y e o Z. O que acontece aqui nessa parcela? Essa parcela, e vejam bem, isso pode não ser planejado, eu tenho o maior respeito, comandante Nascimento, pelo senhor, pelo secretário, mas eu quero dizer o seguinte: o projeto faz com que o trabalhador, a trabalhadora, pague as suas vantagens. Que ele pague, que ele pague. Porque, no momento em que eu tenho uma parcela que vai compensar, Dr. Wilson, muito bem exposto pelo senhor por sinal, aquilo que, por direito, deveria ter o trabalhador, ele está pagando o seu salário, ele está pagando a sua hora extra, ele está pagando o seu adicional de risco, ele está pagando qualquer vantagem: anuênio, quinquênio, seja lá o que for. Ele está pagando do seu salário! Por quê? Porque há, digamos, uma remuneração que tem que chegar a R\$ 5 mil, estou dando um exemplo redondo aqui, mas o salário chega a R\$ 3 mil. Pois bem, para chegar aos R\$ 5 mil, eu não vou colocar R\$ 2 mil – é isso o que o governo está fazendo – para botar as vantagens sobre os R\$ 5 mil, a hora extra, o adicional de risco, tudo aquilo que seria sobre o mínimo, sobre o aumento, sobre o salário real. Não! O governo pega e desconsidera essas parcelas e as paga até o limite do mínimo. Acho que conseguiram entender, não é? É um absurdo isso, é um absurdo! É como eu, por exemplo, se ganho R\$ 2 mil, mas eu deveria ganhar R\$ 3 mil, mas eu faço um monte de hora extra para pegar os R\$ 3 mil e chego a R\$ 2,8 mil. Aí, o governo me dá mais R\$ 200,00, aí completa os R\$ 3 mil, mas eles fizeram eu pagar, eu paguei as horas extras. Isso aconteceu na Petrobras, a chamada RMNR, remuneração mínima. Chamada para cada função. E tanto no TST – Tribunal Superior do Trabalho – quanto no Supremo, os trabalhadores venceram. Mas é óbvio; é óbvio: o que é pago como retribuição do trabalho é salário, é salário! Então, se é paga uma indenização, se é paga uma complementação, se é paga de alguma maneira uma contraprestação, aquilo é salário. E sobre esse salário é que tem que pagar

hora extra, adicional de risco, seja lá, eu não conheço o dissídio, mas anuênio, quinquênio, o que for. Isso é elementar, porque o inverso disso é uma redução salarial disfarçada. Por quê? Porque faz com que, Alexandre, o trabalhador com a sua hora extra, com seu adicional de risco, com as suas vantagens, pague o mínimo que deveria receber. Não, ele tem que ter o tal do mínimo com o aumento devido e sobre isso, sobre esse valor de R\$ 3 mil, ou R\$ 5 mil, ou R\$ 8 mil, ou seja lá o que for, aí sim, a hora extra; aí sim, o adicional de risco. Porque não tem sentido: a hora extra, historicamente, é considerada uma hora mais penosa, onde o trabalhador perde o convívio com a família, ele perde de se divertir, ele perde de fazer um esporte, ele perde, enfim, parte da sua vida. Para quê? Para pagar o seu próprio salário. Não é possível, não é possível, não é aceitável isso! Eu estou falando sobre o ponto de vista legal. Eu não posso debater aqui, eu não conheço suficientemente para debater aqui o que o governo pode ou não pode pagar em termos de recursos financeiros. Isso é um outro debate, eu estou discutindo aqui o aspecto legal. Do ponto de vista legal, o que se está tentando fazer é o trabalhador pagar o seu salário. Pensem nisso: trabalhador pagar o seu salário. Eu concluo, Presidente, agradecendo e dizendo o seguinte: há uma ideia, também, e me parece que ela já é antiga no governo, e não começou nesse governo, mas esse governo está levando isso a ferro e fogo, de militarização. Sim, militarização. Há uma ideia de valorizar, do ponto de vista militar, a carreira; é uma outra ótica. E para mim, e aí é uma análise política, ideológica, não é jurídica; isso é um verdadeiro desastre. O que nós tentamos, historicamente, que é defender direitos humanos, é desmilitarizar as polícias, como é nos países mais desenvolvidos, aqui, nós estamos tentando militarizar a segurança, que é civil. Isso é um absurdo. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. (Palmas.) Nós temos dois vereadores inscritos, mas nós vamos ter que intercalar, Ver. Ferronato, com as falas. Nós vamos começar a chamar os favoráveis ao projeto e os contrários, intercalando. O primeiro favorável, então, é o guarda municipal Cloverson Gonçalves. Tem 5 minutos.

SR. CLOVERSON SILVEIRA GONÇALVES: Muito boa noite a todos colegas presentes nas galerias. Boa noite aos componentes da Mesa; Dr. Wilson, que acabou de falar com muito brilhantismo e trouxe muitos argumentos sólidos, Dr. Wilson, como sempre. Desses argumentos do senhor, algum chamou a atenção aqui. Aliás, argumentos esses que vão ser de muita valia para a propositura de emendas, e é o que parece que a associação luta, para propor melhorias nesse plano de carreira, salvo se eu estiver enganado. Afinal de contas, na fala do nosso presidente Espírito Santo, ele colocou que esse plano de carreira foi feito de forma unilateral. Quero dizer aqui aos colegas que, quando eu estava subcomandante da nossa Guarda Municipal, entreguei a minuta, na época, que estava engavetada, para o Espírito Santo, para a partir dali se começar uma discussão. Isso foi lá em 2019. Quase apanhei porque entreguei essa minuta para o Sr. Espírito Santo, mas foi, e desde lá não vimos mais nada. Quando retomamos esse plano de carreira, no ano de 2022, a associação veio contra o plano de carreira com os argumentos da associação, que também são plausíveis. Afinal de contas, os aposentados estão ficando de fora desse plano de carreira, mas aí é guerra com o governo, porque o governo traz argumentos de que vai inchar o Previmpa. O que eu quero dizer com isso, senhores? Se falou também aqui na questão das horas extras da diária operacional, e para o Dr. Wilson vai ser um engodo em cima das horas extras. Dr. Wilson, o senhor falou que a hora extra está sendo levada para a aposentadoria, mas aí eu me permito discordar do senhor, porque está chovendo ações na justiça querendo não mais a incorporação dessas horas extras na aposentadoria, porque isso parece que é tema batido. Está chovendo de ações querendo o retroativo aos cinco anos que foram descontados de previdência em cima das horas extras, e é por isso que os colegas estão lutando agora. Voltando ao assunto de horas extras, que é o que nos sustenta hoje, o que nos dá um poder, um padrão aquisitivo: a gente está vendo aí, eu tenho 30 anos de casa, como muitos colegas que estão aqui, já passei pela fase de fazer até 180 horas extras, me doar. O meu tempo de lazer, como o Ver. Pedro Ruas disse, deixar a minha família para

poder trazer algo de melhor para dentro de casa – 180 horas. Hoje, estamos com uma carga de 90 horas, e colegas estão adoecendo para perfazer essa carga de 90 horas. Colega que divide alojamento comigo está lá, no CTI, porque a saúde dele estourou por causa dessa carga de horas extras. Com 30 anos de serviço – para não me alongar muito – as minhas parcelas que têm que compor atualmente os meus vencimentos, somando, R\$ 4.081,00. Isso perde para o subsídio do nível 1, que tem a previsão de R\$ 4.188,00. Pois bem, vamos colocar essas que vão virar as parcelas individuais, que, segundo as falas aqui, nós vamos perder com o tempo. Colocadas as minhas parcelas individuais, os meus 40%, os meus 25% pelo meu tempo de serviço, a minha FG, que é R\$ 594,00. Total mais R\$ 1.772,87. O que totaliza hoje para um guarda com 30 anos de serviço? São R\$ 5.854,50, empata praticamente com o subsídio do guarda civil metropolitano II. Então, eu pergunto, colegas... Parem para fazer esse cálculo em cima dos vencimentos atuais de vocês. Vocês sabem o fantasma que é cair doente quando se faz hora extra? Eu sou exemplo disso. Como é que eu comecei a calcular esse meu salário aqui? Quando, em novembro de 2022, tive que fazer uma cirurgia no ombro, três meses de atestado, Copa do Mundo e eu ia ficar em casa. Com um mês, podendo fazer fisioterapia já, eu tive que implorar para poder voltar a trabalhar, porque o meu poder aquisitivo foi lá embaixo. Então, senhores, esse plano não é o melhor dos planos que se tem? Pode ser que não. Ele pode ser melhorado? Depende de vocês trazerem essas propostas junto com os vereadores que estão ao lado de vocês para convencer o governo para melhorar. Agora, não caiam nessa falácia de que o plano é ruim, que vamos ter perdas. Experimentem, como todos aqui experimentaram adoecer. Vão perder, e muito, e vão adoecer trabalhando. Era essa a fala que eu tinha que fazer. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Cloverson. Vamos intercalar agora com a fala do Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nós ouvimos aqui dois discursos: quem está elogiando o projeto, que estão sendo contemplados 100% no processo de carreira; e quem está do outro lado, à minha esquerda, e não estão contemplados, não se sentem contemplados. A origem do projeto de lei, realmente, demonstra isso, ex-vereador Cassio Trogildo, está aqui conosco também, é secretário como o Francisco, secretário de segurança. É lamentável que faz dois, três meses que os seguranças, guarda municipais estão aqui na Casa e vendem a ideia de que numa audiência pública nós vamos resolver. Não vamos resolver, Audiência Pública tem sido aqui um espaço de falas políticas e outras que trazem para nós o que está acontecendo na cidade. Aqui, pontualmente, uma categoria que está sendo desprestigiada por um plano de cargos e salários que não contempla todos. Não contempla todos. Segundo o que o representante do governo diz aqui, ele falou claramente, dizendo o seguinte: a cada ano, ele terá um acréscimo de 0,5%, parece que foi isso que foi falado aqui. Segundo o Espírito Santo, esse tratamento não é assim, ele é desigual, muitos terão, outros não terão. Será por que há guardas que estão há 40 anos, 50 anos trabalhando e ainda não se aposentaram? É preciso reconhecer o servidor público como um ente que não só colabora, que dedica sua vida na luta para nossa querida cidade, mas um servidor que, na verdade, é valorizado. Parece-me que aqui, nesse projeto de lei, há uma enorme diferença entre as chefias e os trabalhadores em si, que fazem a diferença, mas que, na vida real, não é a mesma valorização, é muito diferente.

Então, eu creio que cabe aqui um apelo, primeiro, porque o governo não tem votos para passar esse projeto de lei; segundo, porque foi apresentado um substitutivo, pelo nobre colega Ver. Airto Ferronato, que volta à discussão como se fosse protocolado há poucos dias, porque volta a tramitar na CCJ, volta a tramitar nas comissões e, portanto, nós temos tempo de diálogo e compreensão; que o governo tenha a compreensão com a maioria ou com o universo da categoria, e não com apenas alguns, sem tirar os méritos daqueles que estão há muito tempo e acabaram merecendo ou recebendo essa distinção de diferença

de tratamento por tempo de trabalho. Mas há uma reclamação também geral, conforme eu vi aqui do último inscrito, não lembro agora o nome, mas ele também diz o seguinte: “ Ah, mas vocês querem que fique como está, já faz 30 anos, 40 anos, e aí eu continuo com os quatro mil e poucos reais”... Aí o advogado da situação diz o seguinte aqui: porque não está incorporando. Se tu não incorpora hora extra, não incorpora os avanços, coisa que o governo municipal tirou – muitos avanços, anuênio, triênio, quinquênio e uma série de questões importantes do servidor –, cabe aqui um apelo da Câmara para que o governo se sensibilize com o grito dessa categoria, com uma realidade dura e crua, onde na nossa cidade, como é em todas as capitais geralmente, há um enorme número de incidentes e de violência, onde nós estamos cercados numa periferia na cidade onde o tráfico realmente tem inúmeras dificuldades, onde o risco de vida de vocês tem que ser tratado de uma outra forma e incorporado ao salário para poder levar na aposentadoria, e tantas outras coisas importantes que são fundamentais e nós reconhecermos a luta do servidor público, como também o final da carreira, para ele poder ser valorizado e levar aquilo que é digno para sustento da sua família, para sustento da sua vida. Da forma como está, não é compatível e não é o que estão dizendo. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Ver. Airto Ferronato, eu vou pedir o senhor vir presidir um minutinho, enquanto eu me afasto, por favor.

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Agora, nós vamos chamar o primeiro inscrito, que é contrário à proposta, o nosso amigo guarda municipal do DMAE, Sr. Ezequiel Piber.

SR. EZEQUIEL HAHN PIBER: Boa noite à Mesa, Sr. Wilson, comandante, caros colegas novos, veteranos, todos somos um, guardas municipais. Eu não vim aqui explicar formas técnicas, que já foi bem explicado pelo Dr. Wilson e até

pela parte do comando também. O que me salta aos olhos, eu tendo 22 anos de guarda municipal, e até eu vim um pouco incomodado, porque, quando a gente lutou, a guarda toda junta, para mudança de faixa, todo mundo estava unido, todo mundo estava brigando pelo bem comum, inclusive os que hoje entraram. E eu saúdo os novos colegas que estão recebendo um salário mais agradável e palatável, graças aos veteranos que caminharam na chuva, no sol, foram na Prefeitura. E hoje eu estou aqui de novo, porque o plano veio para mim por WhatsApp, ninguém me chamou, eu sou do DMAE, eu não pedi para entrar no DMAE, eu entrei lá porque a Prefeitura tinha essa forma de aproveitamento. Hoje eu ganho alguns benefícios acima de outros colegas, mas é isso. E o que eu vim agora defender, além de mim, é a categoria, porque o que me salta aos olhos são esses números da progressão aí, é ilusório, os números aqui dizem R\$ 4,188 mil depois de dois, quatro anos parcelados. A progressão é justa? Bem, vamos lá: comecei com R\$ 5 mil, hoje o meu salário é R\$ 5 mil. Lutei para progredir, depois de passados os quatro anos integrais, que se chama 2027, no valor de R\$ 4,188 mil, são oito avanços. Eu batalhei, eu estudei dois anos, vou tentar competir, se abrir vaga, veja bem. Como é que se abre vaga? Aposentando, ou morrendo, não existe outra forma, ou o colega vagar o cargo por passar em outro concurso. Então, veja bem: eu me sacrifiquei, batalhei, estudei, fiz cursos, corri em praça, aumentei, progredi; tem vaga? Não tem vaga. Legal, mais dois anos vamos esperar. Surgiu uma vaga. “Ah, mas eu ganho acima de R\$ 4mil, eu vou só incorporar a parcela autônoma.” Quer dizer o quê? Não mudou R\$ 1,00 o meu salário. Mas vamos lá, batalhar mais dois anos. Eu vou trabalhar mais dois anos. “Ah, agora incorporou, R\$ 300”. Tem vaga? Será que alguém morreu? Será que alguém progrediu? Veja bem, se eu tiver hoje 45 anos, um monte de curso que eu tenho, e eu chegar entre os 24 que ganham o maior salário, eu vou ficar 24 anos lá ocupando a vaga que poderia ser de vocês. Vocês não vão subir, isso aqui é engodo! Isso aqui é escandaloso! Eu vou ficar lá trancando a vaga de funcionários que têm capacidade de ser meu chefe e são melhores que eu, mas eles vão ficar lá embaixo, quando eu morrer vai ter vaga – quando eu morrer ou me aposentar. Pasmem, o plano não é legal! Agora, se você chamar toda a

categoria e dizer: “Aí, pessoal, vamos aplaudir, é isso aí.” Nunca se agrada a todos, nunca, isso é uma verdade, mas olha só, isto aqui não é justo! Isto aqui não valoriza! O que valoriza? É aumento do risco de vida, que é irrisório: 30%. Morremos aí, trabalhamos na pandemia. E faixa sete. Isso é real! Isso é real! (Palmas.) Isso é o que eu tenho para dizer para vocês todos. Uma boa noite.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ezequiel.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro presidente José Freitas, que preside esta nossa audiência pública; vou trazer meu abraço também ao querido amigo Marcelo Nascimento, nosso comandante da Guarda; ao Rodrigo Lattuada, que aqui falou; nosso amigo José do Espírito Santo, presidente da associação da guarda; Dr. Wilson Cicognani, que falou pela enquanto advogado da associação; trazer um abraço aos nossos vereadores Pedro Ruas, Oliboni, Jonas; aos nossos secretários, o amigo Cassio Trogildo, Gerson, a todos que estão conosco; e o nosso abraço todo especial aos servidores e servidoras da Guarda Municipal, que estão aqui nesta noite. Eu quero dizer de plano que, enquanto guardas municipais, vocês precisam ser valorizados, de fato e de direito, essa é a primeira questão que aqui gostaria de deixar. Eu sou servidor público, assumi – o pessoal daqui da Câmara ri de mim – em 1975, tenho quase 50 anos no serviço público, por isso eu conheço essa história por dentro, e assumi aqui na Câmara, pela primeira vez, em 1989 – o Pedro Ruas me ganhou por pouco, mas estávamos aqui. Desde 1989, no mínimo, meu querido secretário Cassio, que o pessoal da Guarda Municipal, presidente Freitas, luta por reaumentar o risco de vida – 30%, com certeza, um dos menores do País, para a mais antiga Guarda Municipal. Por isso nós precisamos trabalhar para isso. Eu quero dizer o seguinte, como servidor: servidores e colegas do lado direito aqui estão com uma placa “aprova o PL 31”; do lado esquerdo, os mesmos servidores, guardas, “retira o PL 31”. Essa posição de dois sentidos, está aí por uma questão, eu vou dar o primeiro exemplo, é a questão da... Vou voltar para

o início de carreira. Eu sou servidor aposentado de última carreira, a mais alta, vou voltar para o primeiro nível de carreira? Isso não foi bom, e os demais aspectos vocês já conversaram bastante.

Por isso eu vou falar aqui, politicamente, nos meus quase 35 anos de ida e vinda aqui para a Câmara: apresentei um substitutivo, aqui já foi falado, o substitutivo retoma o processo. Para que isso? Para serenar ânimos para o entendimento, para apresentação de propostas negociadas entre vocês com as partes, entre o sindicato, a Câmara estará junto, a Prefeitura com certeza estará junto, para buscar o entendimento dessas divergências que separam colegas. Isso não fica bom para a própria Guarda Municipal, é preciso perspectiva, é preciso perspectiva de valorização, busca de crescimento na carreira com o entusiasmo de todos, todas e serenado. O caminho está lançado, nós temos condições de fazer uma negociação séria, serena, buscando os desajustes que aí existem. Claro que sempre vai haver cedência dos dois lados, mas eu vejo como o caminho e precisamos perseguir em razão da situação que se criou: de um lado aprova e de outro lado retira. Precisamos estar juntos, contem comigo, obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Ferronato. A próxima inscrita, favorável ao PL, Carmen Mujica, da Guarda Municipal.

SRA. CARMEN LUCIA DA SILVA MUGICA: Boa noite a todos e todas, em nome do Ver. José Freitas, cumprimento a Mesa e os demais colegas. A minha fala, sou uma mulher de 54 anos, mãe e avó; tornei-me mãe quando entrei na Guarda e avó ainda dentro da Guarda. Tenho 54 anos, com 22 anos dedicados à Guarda Municipal. Desde a minha entrada trabalhei numa escola de periferia, lá na Restinga, na EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum; depois de seis anos na escola, passei a compor uma guarnição, onde tive que ser avaliada se eu poderia dirigir uma viatura, sendo eu motorista de caminhão de coleta de lixo, mas isso era retrógrado, era naquela época que se tinha essa visão. De motorista de guarnição, então, trabalhei na área da Restinga e na área do

Centro, tanto no turno da noite, quanto no turno do dia. Quinze anos se passaram, em 2017 a minha primeira oportunidade como mulher e como GS, estive à frente por cinco anos da Central de Operações da Guarda Municipal; atualmente sou chefe de equipe. O que eu vi nesses meus 22 anos, Sr. Vereador? Eu vi muitos colegas morrendo, fui no enterro deles. Teve um colega que trazia o chá para mim, toda noite, quando eu chegava, porque eu trabalhava à noite e fazia faculdade de dia. E ele, como um pai para mim, quando eu chegava ele me trazia um chá quente: “Toma, Carmen, porque está muito frio.” E eu fui no enterro dele, que não se aposentou, morreu fazendo horas extras. Não foi nem um, nem dois colegas que eu vi; hoje a gente faz isso, 60, 80, 90, 120, 140 horas é o que a gente faz. Eu não vi as minhas filhas crescendo, eu também não vejo as minhas netas crescendo porque eu me dedico à corporação, não me arrependo, porque eu honro a minha farda azul, eu honro o uniforme que eu carrego. Se hoje a minha filha é uma psicóloga, foi porque essa corporação me permitiu isso, mas eu, aqui, hoje, nesse papel de favorável, já estive daquele lado de lá, já fui contra o plano, porque eu não tinha feito uma leitura do plano. Quando eu me apropriei do plano e fiz uma leitura correta do plano, vi que ele é, sim, um plano de valorização, um plano de ascensão para esses colegas que estão lá na rua, e as colegas, porque o plano traz para nós, mulheres – nós mulheres – que todos os dias temos que mostrar que temos capacidade, que temos competência para usar essa farda, ele traz e ele garante 12% de percentual em cada nível de ascensão da Guarda. Então, a colega que entrar hoje vai chegar lá no nível oito, ela não vai ter que esperar 15 anos para ser uma GS, para ser uma Chefe de Serviço. Um plano de carreira traz, sim, ascensão, ligada ao mérito e ao tempo. A gente tem que se modernizar – não há como progredir sem a modernização. Hoje tudo a gente faz através de um celular. Se eu não puder mexer, se eu não souber, eu não vou fazer mais nada. Eu posso hoje sair para rua sem o meu cartão do banco, sem a minha identidade, eu consigo pagar as minhas contas e ser identificada, mas se eu sair sem o celular eu não sou nada. Então, o plano de carreira traz ascensão, traz a promoção, traz a profissionalização da Guarda Municipal. Hoje no patamar em que estamos, de

estarmos dentro da segurança pública, não cabe mais a gente ficar sem um plano de saúde; isso é uma fala que em 2002, quando eu entrei, os colegas já levantavam essa bandeira, e ele se faz necessário, sim. A minha palavra final, a minha frase final é a seguinte: as minhas filhas não vão ser Guardas Municipais porque hoje já estão em outras carreiras, mas a minha neta Martina, de oito anos, quando eu dei para ela o uniforme da Guarda, ela chegou a mudar a voz: “Na parede, na parede, polícia!” “Vó, eu quero ser polícia, eu quero ser igual a ti, vó.” Então, um plano de carreira não é para ontem, não é para hoje, é para o amanhã de todos nós. Era isso!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Carmen. Agora mais um contrário ao plano, Sra. Cindi Regina Sandri está com a palavra.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Boa noite a todos e todas, boa noite à Mesa, aos nossos colegas, às nossas colegas, aos mais antigos, experientes, aos mais novos e mais verdes, às autoridades aqui presentes. Cito o secretário Richard por motivo especial, por ter muita convivência – em seu nome saúdo todas autoridades, vereadores e vereadoras que estão aqui. Sou diretora-geral do Simpa, sou professora aposentada da rede municipal de ensino. Temos, na estrutura do sindicato, a Guarda Municipal como pertencente a um núcleo do sindicato, que, junto com outros setores de trabalho da Prefeitura, compõem nosso conselho de representantes, que atua junto com a direção do Simpa, dando conta de questões, obviamente, extremamente relevantes da categoria, na composição dos seus atos de luta, dos seus atos de bandeiras necessárias para dar conta da nossa existência, da nossa valorização e da relação entre nós, para que a gente possa reforçar as nossas lutas e ter sucesso no resultado delas. Quero dizer para vocês aqui que também tenho orgulho de ter participado, durante todo esse tempo em que estive presente nas lutas da categoria, da finalização da nossa discussão sobre o plano de carreira do Magistério, que data de 1988, quando tínhamos, Mesa, autoridades e colegas aqui presentes, uma situação que, tenho certeza, divergiu da situação que vocês tão vivendo hoje na

elaboração é desse PL que está em discussão hoje. O plano de carreira do Magistério municipal, que teve alterações de atualização desde lá até aqui, tem na sua origem a constituição de uma comissão paritária entre governo e servidores e servidoras, para constituir o que hoje rege a nossa vida funcional, enquanto professores e professoras do Município de Porto Alegre. Vocês não têm ideia do orgulho que eu sinto disso e do quanto a gente se empodera na defesa, inclusive, do nosso espaço, do nosso lugar de trabalho, de trabalhadores e trabalhadoras, quando a gente se enxerga num documento com esta envergadura, com esta autoridade que rege a nossa vida funcional. Aí eu queria então trazer com isso, infelizmente tem pouco tempo, eu gostaria de poder falar um tanto mais, mas queria trazer com isso a experiência que vocês viveram e que eu particularmente acompanhei no último período. Quando o colega traz aqui que muito bem que essa casa legislativa passe a tratar de emendas para melhorar o PL, se ele não está bom. Eu pergunto, se ele não está bom por que ele veio para essa Casa? Se ele não está bom, por que precisa continuar discutindo? Se ele não está bom por que precisa trabalhar com possibilidade de emendas para melhorá-lo? Onde é que ficou o vácuo do protagonismo de cada um dos atores e das atrizes que são responsáveis, tanto pela elaboração, quanto pela execução desse plano? Outra situação que a colega trouxe aqui, gente, e eu queria sugerir para vocês que tratassem isso com muito carinho, quando a colega que me antecedeu diz que a hora extra excessiva adocece. Realmente, gente, ela adocece, mas não é com – como é mesmo o nome que substitui a hora extra? – a diária operacional, que é um sinônimo; quem leu o PL entende como um sinônimo, porque, de fato, ela é, então, não é nem a hora extra nem a diária operacional que resolve a vida do servidor que adocece. O que resolve a vida do servidor que adocece é ter mais concurso, é ter mais guardas trabalhando e atuando no que é a tarefa de vocês para dar conta de atender a cidade de Porto Alegre. Então, essa situação de trazer para nós aqui, com a emoção que a colega trouxe, o fato de que as pessoas adoecem, porque fazem hora extra, mas agora trocando por diária operacional não vão mais adoecer, gente, não se iludam. A vida é outra.

(Manifestações nas galerias.)

SRA. CINDI REGINA SANDRI: A vida é essa realidade que vocês estão vendo, que eu queria sugerir que vocês dessem valor para os colegas que estão aqui há mais tempo, como eu, que conseguem, a partir da realidade vivida, trazer experiência e sugerir avanços para isso. Para finalizar, quero dizer que não se iludam também pelo fato de que quando o Inspetor II vier a existir, ele vai ganhar R\$ 9.198,69, conforme foi exposto aqui. Eu vou dizer para vocês que são 24 vagas, se o plano de carreira do magistério que foi tão bem elaborado que até hoje ele está em vigor, até hoje ele tem força, digo para vocês que essas 24 vagas vão ser preenchidas uma vez só, e vocês vão estar velhos até que a próxima vaga seja substituída...

(Manifestações nas galerias.)

SRA. CINDI REGINA SANDRI:... porque é por aposentadoria ou é por morte que vai acontecer a vaga para que o novo colega possa cumprir, possa exercê-la. Não se iludam, gente! Não se iludam! Nós estamos vivendo um período de data-base com esse governo e ele só trabalha no gerúndio.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Para concluir.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Ele só diz: “Estamos fazendo, estamos querendo, estamos gostando de querer valorizar.”

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Para concluir, Cindi.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Então, para concluir, vamos dizer: Não se iludam! Este governo não quer valorizar o servidor e a servidora, ele não quer que nós façamos o nosso trabalho de forma decente e coerente. Muito obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Cindi. Próximo inscrito, favorável ao projeto, o guarda municipal Fabiano Roberto da Silva Xavier.

SR. FABIANO ROBERTO DA SILVA XAVIER: Boa noite, Presidente Freitas. Cumprimentando o Presidente, cumprimento toda a Casa, em especial o Nascimento – nosso comandante – e todos os colegas da Guarda Municipal que se fazem presentes. Hoje eu fui pego de surpresa, não sabia que estaria aqui falando, então vai ser um pouco de improviso. Aproveitando esse improviso, falando, o Dr. Wilson, sou advogado também, tem uma leitura feita um pouco errônea do plano de carreira, quando diz que não vão estar ganhando no dissídio. Não fica congelado não, doutor, é impossível, porque houve um outro plano de carreira, não vou entrar em questão, que o salário ficou congelado. Nós, quando vimos isso, está expresso no plano de carreira que a parcela de equivalência e o subsídio ganham aumento no dissídio. Então, se a pessoa ganha R\$ 7 mil, todo dissídio 10%, R\$ 7,7 mil. O senhor aqui, em algum momento, como alguns outros colegas, falei com o Espírito Santo, falei com outro colega do sindicato, utilizaram para o pessoal antigo que o salário fica congelado. Não! Não fica congelado, porque, no dissídio, é a parcela equivalente e o subsídio, simples assim. Esse é um ponto. Outro ponto foi a colega que esteve aqui agora há pouco falando sobre o salário, sobre adoecer na carreira e que continuamos. Hoje, nós temos um aposentado, senhores, que ganha próximo de R\$ 10 mil, um que está fora do padrão da Guarda, pouquíssimos que ganham em torno de R\$ 8 mil. Tem vários aposentados aqui que vão me ajudar, e a maioria ganha de seis e meio para baixo. Com esse plano de carreira, se nós pegarmos... todo mundo fala “a classe oito, a classe oito”, se tu pegares a classe oito com 24 vagas, a classe sete com 48 vagas, a classe seis com 72 vagas, são 144, e eu vou parar por aqui, o subsídio já é de oito mil e pouco, o que

pouquíssimos guardas ganham hoje aposentados. Nesta Casa, alguém falou que há um tempo, no governo Marchezan, perdemos vários direitos trabalhistas, vários. Esta gurizada que está aqui, no máximo, eles têm o direito a 24% que são oito quinquênios que eles vão demorar 40 anos para conquistar de 3%, porque à época, quem tinha 15, 25%, dez, doze, treze triênios, ganhando 90, quase 100% no salário adquiriu. Eles não vão adquirir. Eu não vou adquirir.

(Manifestações nas galerias.)

SR. FABIANO ROBERTO DA SILVA XAVIER: Eu vou chegar aos meus 47% e assim eu vou me aposentar, e o cavalo está passando encilhado, e a gente vai deixar de montar nele. Ouvi essas sábias palavras de um colega. Acho que não está aí o Pedro Ruas, que não se preocupe, porque a Guarda não é militar, a 13.022 já fala que é uma instituição de caráter civil. E mais uma coisa, pessoal, tudo em tratativa com o governo, nós tentamos que o subsídio fosse mais alto, nós tentamos que os aposentados entrassem, nós tentamos que todas as classes fossem equiparadas. Várias reuniões nós tivemos – somos guarda, pessoal –, era a Guarda querendo receber, e o governo entrando nas tratativas dele. Em sete anos, alguém falou, o colega do DMAE, por gentileza, o colega do DMAE falou: “Eu vou ficar dois anos.” Não, nos sete primeiros anos do plano de carreira, a concorrência é anual pelas vagas. Então, vai ter uma progressão, sim. Poderia ser melhor, infelizmente, nós não tínhamos como fazer 475 planos de carreira que contentassem todos. Infelizmente, algumas coisas vão ficar de fora, e alguém vai ficar desgostoso, mas vai ter a concorrência e, em sete anos, a folha da Guarda anual aumentará em 18 milhões. Eu vejo vereadores e pessoas que se dizem pelo trabalhador, sindicato chegando aqui e dizendo: “Eu estou defendendo o trabalhador.” De um plano que aumenta R\$ 18 milhões anual uma folha, e estão dizendo que estão defendendo o trabalhador ganhar mais, por favor, pessoal, essa é a minha palavra. Boa noite a todos.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Fabiano. Outro contrário ao projeto, Sadir Severo Nunes, do Sindicato dos Guardas.

SR. SADIR NARCISO SEVERO NUNES: Boa noite a todos, em especial ao nosso Vereador-Presidente José Freitas, nosso ex-secretário. Cumprimento todas as autoridades, o pessoal da Mesa, meus colegas guardas municipais novos e antigos.

(Manifestações nas galerias.)

SR. SADIR NARCISO SEVERO NUNES: Vou fazer um pronunciamento bem simples e vou resumir tudo em uma palavra só: merecimento. O PLC acaba com a paridade dos aposentados, dos guardas, das pensionistas, e isso é uma verdade. É isso que ele começa acabando, é o que se destaca mais no plano, que o governo diz que é merecimento e para nós é um desprestígio. O segundo ponto que eu quero levantar é que o PLC privilegia, sim, privilegia os chefes.

(Manifestações nas galerias.)

SR. SADIR NARCISO SEVERO NUNES: Ele privilegia todos aqueles que têm funções gratificadas e ganham FG, que são os mesmos que dão curso, são esses que ganham em dois, três, quatro artigos dentro do mesmo plano, esse que os colegas estão defendendo. Parabéns. Não é o que está acontecendo aqui com nossos colegas, estão sendo desprestigiados mais uma vez, é o merecimento que o governo está apresentando para nós. É isso que a gente está combatendo e é essa a função do sindicato, defender os direitos de todos e não de apenas alguns. O terceiro ponto que eu trago é a questão dos critérios de avaliação, e são muitos, diga-se passagem, são critérios desde a prova intelectual, a prova de TAF, a técnica de aptidão física. Todos esses critérios estabelecidos pelo plano vão fazer com que todos os colegas que já estão dentro

do plano percam ao longo do tempo, porque ele não tem o privilégio, porque a nossa labuta do dia a dia faz com que a gente fique só trabalhando, trabalhando, trabalhando. Vocês já estão sentindo isso na pele, vocês estão vendo o que é trabalhar 12 horas diuturnamente sem ter tempo de fazer avaliação física constante, de ter tempo para estudar. Vocês já estão sentindo isso na pele, vão ficar cansados e vão sentir a mesma estafa que esses que estão aqui do seu lado já estão sentindo. E é isso que o plano vai trazer, merecimento, um profundo merecimento que dói nos ossos, que dói na nossa pele. São 20 quilos de equipamento em cima de nós, diuturnamente, num plantão de 12 ou 24 horas. Merecimento. Por fim, eu trago também aqui a questão da incorporação. Para ascender nos níveis, eu tenho que trabalhar cinco anos, se eu permanecer no mesmo nível, mais uma prova de merecimento desse governo, mais uma prova de merecimento de quem elaborou o plano, mais uma prova dos meus colegas que se debruçaram por três, quatro anos e trouxeram esse plano para nós, merecimento. Se eu quiser me aposentar, e daqui a pouco eu vou me aposentar, onde eu parar, eu tenho que permanecer por cinco anos. Se eu fizer isso, vou pegar a palavra do Ezequiel, eu vou trancar o plano. Vocês não vão ascender, porque eu vou estar trancando. É assim que vai funcionar o plano de carreira. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha esse debate ao vivo, guardas municipais presentes, minha saudação, Presidente José Freitas, que dirige os trabalhos, Marcelo do Nascimento, comandante-geral da Guarda, em nome de vocês cumprimento as demais autoridades aqui presentes, proletários, assessores. Este plano que apresentaram é um plano e tem nome e sobrenome, é o plano da exclusão, plano Sebastião. Não é um plano para todos, é para alguns, é o plano que turbinas as FGs. Quem tem FG está lutando com todas as forças, porque vai turbinar, vai lá em cima. Eu confesso, vereadoras e

vereadores, eu nunca tinha visto vir para a Casa do Povo um plano para chefias. Mas o que é isso? Onde estão com a cabeça? E hoje este mesmo prefeito se lança candidato à reeleição, ele ia ali pedir o voto dos guardas. Será que agora ele terá coragem de pedir o voto dos guardas? Porque a maioria deles não vai crescer na carreira. Como é que vai crescer na carreira, se nas últimas duas... O ponto de chegada é de 24 vagas, 48 vagas anteriores, e eles estão tendo 1,2 mil! Mil e duzentos, pouquíssimos chegarão lá. Por isso que os novatos, pouquíssimos vieram. A maioria dos novatos já entendeu o plano, está vazio esse lado direito aqui, poucos estão aqui, eles entenderam que não podem estar para engordar o salário de chefias, eles têm que engordar o salário deles, que estão lá na rua com a arma em punho, salvando vidas, lutando pela segurança municipal. Então o plano que nós precisamos é um plano que todos tenham igualdade, vai crescendo junto e não lutando contra o colega, dando rasteira para ter FG, dando golpe para pegar FG mais gorda, vendendo o plano de carreira da Guarda para ganhar R\$ 6 mil de FG. É isso que eu estou vendo hoje, se entregando. Mas a gente sabe que tem alguns que estão ganhando R\$ 27 mil lá, R\$ 27 mil, e o pior de tudo, parente de gente do MDB. Está aí, está aí a história, só podia ter MDB na história. Sim, estão lá tranquilos e serenos. Imagina, com R\$ 27 mil, como é que a pessoa não vai estar tranquila e serena, se o prefeito ganha R\$ 21 mil apenas! Tem que lutar mesmo para implementar esse plano, tem que bater no peito e dizer: eu sou o plano, eu sou o plano! Mas eu, sinceramente, com estupefato com a incapacidade de ser colega, de cooperar para todos crescerem, de achar que os antigos têm que ser descartados. Mas o que é isso? Eles vieram antes, eles lutaram! Se em Pelotas tem risco de vida, qual é a dificuldade de fazer aqui? É porque o prefeito está enganando a Guarda Municipal mais uma vez com este projeto. Este prefeito, lá na eleição, disse que ia valorizar, agora ele diz que vai valorizar alguns só os cupinchas, só a nata e olhe lá. Se a nata pisar fora da linha, já vai ser descartada porque vão ter 1,2 mil atrás querendo aquela FG-8, vão ter 1,2 mil atrás querendo a FG! E por favor, gente, defender esse plano por causa de uma FG de R\$ 500,00, R\$ 600,00 que depois a promessa que será turbinada no novo plano!

Vamos ter mais altivez, vamos lutar juntos pelo risco de vida a 185%, pela mudança de padrão. Façam uma assembleia de todos os guardas, dos de ontem, dos de hoje, dos de amanhã, os que ingressaram, porque a gente fica muito feliz que vocês ingressaram na Guarda, mas não caiam nisso. Outros já caíram no engodo, olha o magistério estadual como está o magistério estadual com o governador Leite. Ele acabou com planos, os professores estão tendo que fazer Uber, vender perfume, *lingerie* para sobreviver, os professores do Estado porque caíram no papinho dos políticos. Não caiam no papo de Sebastião Melo, que já foi vereador, vice-prefeito, deputado, está aí de novo, nem o vice está mais com ele, até o vice abandonou. E vocês vão agarrar ele agora, numa promessa? Para concluir, meu querido Presidente, nós queremos que o dinheiro da Prefeitura seja investido pagando a inflação. Se o prefeito quisesse mostrar que valoriza a Guarda, pagava os 27% que deve a todos os servidores públicos da capital e não R\$ 70 milhões que mandou de isenção de IPTU para a Fraport, uma empresa alemã do aeroporto! Esse prefeito quer dar incentivo aos mega! Vocês não são mega, vocês são servidores públicos. Lutem como servidores em unidade pela reposição da inflação já vão ter um salto de 27% aí.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, vereador. O próximo inscrito, favorável, é Danilo Galileu, guarda municipal.

SR. DANILO GALILEU PRAZER ROCHA: Boa noite à Mesa, nosso comandante, o Ver. José Freitas; cumprimento toda a Mesa, secretários, os nossos colegas, tanto os novos como os antigos, colegas experientes, com quem eu aprendi muito; nós estamos na Casa do Povo e aqui nós defendemos posições. Eu acredito no plano, acredito nas melhorias, acredito na valorização do servidor, acredito, sim, nos nossos colegas novos que estão chegando e que estão ativos. Esta semana, um desses nossos colegas saiu para um outro concurso, onde ele seria melhor remunerado. Um rapaz de 20 anos, que a Prefeitura gastou para sua formação, e esta semana nos deixou para algo

melhor. A gente vê que os nossos guardas têm que ser valorizados, mas, se nem Jesus conseguiu agradar a todos, não vai ser assim...

(Manifestações nas galerias.)

SR. DANILO GALILEU PRAZER ROCHA: Senhores, eu respeitei até o momento e ouvi a todos, agora eu exijo respeito. (Pausa.) Meus amigos, a valorização passa, falou-se em chefias, porque as chefias – eu não uso de sensacionalismo para tocar o coração dos senhores, eu uso de verdades –, porque as chefias hoje, eu tenho quatro anos de Guarda, e nesses quatro anos de Guarda, com dois anos na Guarda Municipal, fui convidado a chefiar uma área bem difícil, o Mário Quintana, onde o índice de criminalidade é muito alto. O menor IDH da cidade está no Mário Quintana, e lá fui colocado na chefia, aprendendo com os veteranos, aprendendo com a experiência dos meus colegas. Mas é uma chefia de R\$ 500,00. Uns riam, outros olhavam com desdém. Mas eu vim lá de Uruguaiana, lá do interior, com desejo de vencer, e não foi por amigo ou apadrinhagem, foi pelas minhas qualidades que eu cheguei ali. Então, senhores, todos querem ganhar. O governo propôs, todos nós tivemos as reuniões, foi apresentado para todos, mas tem alguns querendo ganhar 15, 20, e assim não vai ter jeito. Existe o limite do Município. Eu quero dizer aos senhores, nesse meio tempo, eu adoeci e eu tive um certo tempo afastado, dois meses, por sinal, e nesses dois meses, eu vi a dificuldade de tu fazer muitas horas extras com aquele colete pesado, mas tu estás ali. Mas, quando tu adoeces, tudo se vai, e tu vês o teu salário reduzido a quase nada. É nesse momento que o guarda pensa, e dá saudade das horas extras. Meus amigos, tanto os mais experientes como os mais novos, esta semana, vimos um guri de 20 anos saindo da Guarda, todo mundo olhando, e ele foi procurar uma oportunidade melhor. Que possamos valorizar todos, os antigos, mas também os novos, valorizar aqueles que nós temos hoje, valorizar os nossos colegas, porque eu tenho muito orgulho de pertencer a essa instituição, uma instituição centenária, a mais antiga do nosso Brasil. Eu acho que cada colega tem que

olhar a história, sim, olhar a história da Guarda, mas nós temos que olhar o futuro, porque, se nós não dermos condições para esses guardas que estão entrando, esses novos, uma perspectiva de motivação, muitos deles vão nos abandonar, com certeza, porque existem outras instituições que já têm um plano de carreira consolidado. A gente precisa dum plano, porque aquele que não tem plano está ao vento. São apenas essas as minhas palavras, me pegaram desprevenido, eu não sou muito de falar. Senhores, a hora é agora, o cavalo está passeando encilhado, e, se tu não montares, quem sabe tu não vais ter uma próxima oportunidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Danilo. O próximo inscrito, contrário ao projeto, Alexandre Dias, guarda municipal do DMAE.

SR. ALEXANDRE DIAS: Boa noite, Ver. José Freitas, que preside esta audiência pública, demais componentes da Mesa, vereadores representantes do governo; Ver. Airton Ferronato, que apresentou um projeto substitutivo muito importante, porque ele corrige um conjunto de distorções que traz o projeto original. Este projeto substitutivo apresentado pelo Ver. Airton Ferronato valoriza antigos e novos, ninguém fica pelo caminho, todo mundo tem oportunidade, todo mundo vai ser valorizado, todo mundo vai ser respeitado. Eu quero dizer para vocês que eu sou guarda municipal há 31 anos. Desde que ingressei nessa instituição, participei de todas as lutas dessa categoria. Em todas as lutas que nós fizemos, nós sempre vimos a Guarda Municipal unida, ela sempre esteve caminhando junto, para construir as suas vitórias e as suas conquistas. Quero dizer que fui um dos que construiu, caminhou junto com outros colegas aqui, a faixa 6, porque nós ganhávamos a faixa 4. Quando construímos a faixa 6, não era para antigos, não era para novos, era para toda a Guarda. Eu quero dizer mais: também acho um grande problema muitas vezes o nosso vencimento ser baseado em hora extra. Está correto, Xaxá, me permite falar assim, Xaxá é meu colega, tenho um carinho para falar assim, o próprio Cloverson, mas eu quero

dizer para vocês que, antes da faixa 6, nós tínhamos que fazer, para ter um salário minimamente aceitável, quase 120 horas por mês. E nós conseguimos ampliar o patamar do salário da Guarda e conseguimos reduzir a quantidade de horas extras sem perder poder aquisitivo. Eu convido a todos os guardas, homens e mulheres presentes, a caminharmos juntos para construir um projeto que valorize todos – todos –, eu estou falando de todos e todas. Não podemos cair nessa armadilha que está sendo construída que coloca uns contra os outros, porque, no dia a dia das nossas atividades, nós ombreamos na rua as nossas atividades, as nossas funções. Muitas vezes, a vida de um está na mão do outro, e erra o governo, me desculpa, Nascimento, com todo o respeito, tu és o responsável por isso. Tu deverias cuidar da nossa instituição, para que a gente estivesse trabalhando de forma unificada. Deverias dizer para o governo que esse tipo de fracionamento da Guarda não ajuda, não ajuda. E querido Danilo, me permite chamar de querido, porque tu gostas de falar as verdades, há muito tempo a gente se conhece, e eu também quero falar uma verdade, e tu vais reconhecer, que eu sei que tu gostas da verdade. Quando tu fizeste concurso, tu não irias ser chamado, e os veteranos aqui fizeram uma grande luta para que todos os guardas do concurso anterior ao último fossem chamados. O governo só salvou 10, e você estava entre os 10. E, naquela luta, nós não olhamos para você se você era novo ou antigo, era um novo colega que estava chegando para a categoria da Guarda Municipal. A Guarda dos antigos estendeu a mão para ti, como nós queremos estender para todos os demais. Mas este projeto é muito ruim para todos, a mão é mais pesada para os antigos, mas também não é benéfica para os mais novos.

Já foi dito aqui que, em determinado momento, esse plano congela, está se criando uma casta na Guarda: os 24 que terão um bom salário, o resto vai ficar só olhando. E quero dizer mais: nós entendemos que podemos, sim, construir um outro projeto, e ele vai valorizar e dar um futuro para que não permita ou que, pelo menos, seja mais atraente para que aqueles colegas novos que estão ingressando não queiram sair da Guarda, queiram permanecer porque vão se sentir valorizados. Com certeza, esse colega que saiu entendeu que poderia ser

mais valorizado em outra atividade. A Guarda tem que ser valorizada porque ela é uma instituição importante, fundamental para a cidade. Esse projeto tem uma série de problemas, tem que ser sanado nos aspectos jurídicos e em todas as ordens, por isso esse projeto – eu estou finalizando – não pode ser aprovado do jeito que está. Por isso agradeço enormemente, mais uma vez, ao Ver. Aírto Ferronato, mas, acima de tudo, nós temos que dizer em alto e bom som que esse projeto a gente quer: retira, retira, retira...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Alexandre.

O próximo inscrito é o último favorável ao projeto. O Sr. Sandro Fernandes de Moura, da Guarda Municipal, está com a palavra.

SR. SANDRO FERNANDES DE MOURA: Boa noite às autoridades aqui presentes, boa noite aos colegas, independentemente do lado que estejam, porque aqui foi falado que independentemente de novos ou antigos – eu sou do último concurso –, desde que entrou esse plano, os antigos já não nos veem de forma igual, eles nos veem de uma forma diferente. Muitas vezes, eles nem nos respondem quando a gente está com alguma dúvida ou qualquer situação nesse sentido e já não sabem conversar...

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Só um pouquinho, eu vou segurar o teu tempo, Sandro. Colegas, por favor, tem um colega na tribuna, vamos respeitar, depois vocês se manifestam. Pode continuar, Sandro.

SR. SANDRO FERNANDES DE MOURA: Aqui foram faladas algumas coisas que eu tive que anotar porque é muito bonito vir aqui falar quaisquer coisas ao vento. Foi falado que a gente vive de HE, e realmente a gente vive. Tanto para os novos, quanto para os antigos, se tiram o HE, terminam com o salário do guarda. E, no plano original, sem fazer HE hoje eu ganho em torno de R\$ 2,8

mil, mais R\$ 695,00 como vale-alimentação, totalizando R\$ 3.495,00, sem considerar os descontos. Eu sei disso porque eu sou pai novo e recentemente peguei 20 dias de licença e, quando eu voltei, eu já tive esse choque. Com menos de um ano, eu já passei por essa situação de não estar esperando algo; esperando, contando com um salário, e tu chegas ao final e está lá mais de R\$ 2 mil de desconto porque tu não fizeste HE. Conversando com os meus pares, a gente vive numa situação em que a gente não consegue sequer tirar 30 dias de férias porque, se a gente pegar 30 dias de férias, a gente vai voltar com um desconto imenso, então, a gente tem que tirar 15 e fazer HE. O interessante é que os meus colegas do outro lado, que lutam contra o plano, sabem de tudo isso e, mesmo assim, preferem ignorar. Eu comecei a pensar: mas porque disso? E a gente vai ver, no Portal da Transparência, os meus colegas do outro lado já estão na letra “d”, “e”, “f”. E a gente pega os colegas que são mais novos, de 2010 em diante, estão na letra “a” parados ainda, com mais de 14 anos, 15 anos. Essa é minha visão. Teve uma colega que comentou o seguinte: “Ah, atratividade para o concurso”. Sabe quantos inscritos teve no meu concurso? Teve 1,7 mil porque não é atrativo; abrir um edital com R\$ 2,8 mil não é atrativo. Canoas teve mais de 8 mil inscritos porque é um salário atrativo. Novo Hamburgo teve mais de 15 mil. A gente está vendo uma oportunidade e a gente não quer agarrar? Eu não consigo entender isso.

Quando eu fui fazer meu concurso – por indicação de alguns amigos porque eu não sou daqui, eu sou de Sapucaia, Região Metropolitana – eu comecei a me perguntar: Guarda Municipal de Porto Alegre? Não conheço. Quando fui ver o edital e realmente existia essa Guarda, porque apesar de ter uma Guarda de mais 132 anos, ela não é vista, ela não tem um salário atrativo, ela não aparece na mídia, porque o pessoal não quer trabalhar, o pessoal fica escondido. Se a gente pegar desde que a turma nova começou a ir para a rua – aqui eu não quero diferenciar, eu quero que todo mundo caminhe junto, só que eu não estou vendo isso acontecer. Desde que essa galera chegou, olha o que aconteceu: o Centro foi dominado. E realmente a gente chegou agora, como o senhor falou, o senhor já começou ver a diferença. Então gente tem uma proposta que realmente

parece ser, parece não, ela é boa. Porque olha só: sem eu fazer HE, eu vou ganhar R\$ 4.188,00, mais R\$ 695,00, são mil reais e poucos a mais e ainda tenho direito a HE; posso fazer. Eu ainda posso ser chefe, porque eu não sei, parece que vocês falaram aqui que somente certos camaradas que podem ser chefe. Até onde eu sei, qualquer um pode ser, é só competência, é só estudar, é só chegar e fazer acontecer. Eu, apesar de não ser chefe ainda, pretendo um dia ser. Então, como eu disse, eu sou novo no concurso, sou novo na Guarda, mas os meus colegas que não estão aqui não vieram porque estão estudando, porque eles não têm uma visão de futuro aqui. E, para concluir, como foi falado por um colega: “Ah, o outro lado está cheio”. Sim, mais de 70 % são aposentados que estão lutando. Então aqui eu concluo as minhas palavras.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Sandro. O último inscrito contrário ao projeto, Sr. Lauro Doval, da AGMPA, está com a palavra.

SR. LAURO DOVAL: ...Boa noite, senhoras e senhores, boa noite, meus colegas, minhas colegas, meus irmãos do Sintran – muito obrigado pela presença e o apoio de vocês. (Palmas.) Obrigado aos colegas do Semapi, obrigado pela confiança e o apoio de vocês. Obrigado meus colegas da Aafim, a Associação dos Agentes de Fiscalização Municipal de Porto Alegre, também presentes nos apoiando nessa luta. E isso, senhoras e senhores, vereadores, autoridades presentes, já dá uma mostra da luta que a gente tem travado nos últimos dias. Eu quero aqui saudar a presença de todas as autoridades, o ilustre presidente desta audiência, Ver. José Freitas. Quero dizer para ele que eu fico contente que ele tenha assumido esse compromisso, porque, para quem não sabe, ele já foi nosso secretário e ele conhece muito bem a nossa vida, a nossa luta, o nosso dia a dia.

Eu tinha um discurso preparado aqui, gente, mas eu não vou seguir ele, até porque, eu sou obrigado a dar uma resposta para o colega Sandro, que ocupou esta tribuna. É uma pena que parece que ele já foi, não sei, ele não quer ouvir o contraditório também, mas nós temos aqui vários chefes, nós temos aqui o

comandante Nascimento, nós temos aqui colegas que trabalham, ombro a ombro, com ele, com a chamada turma dos novos, os novatos. E eu quero dizer para o Sandro, e isso vai ficar gravado, quero que ele ouça depois, que nunca, em nenhum momento, os antigos, os guardas antigos segregaram, ou, de alguma forma, discriminaram os colegas novos que chegaram aqui ontem. As informações que chegavam até nós, Ver. Freitas, meu presidente, Espírito Santo, é que esses colegas estavam sendo apartados, eles estavam sendo orientados a não se misturarem com os antigos. Isso me deixou muito triste, muito decepcionado, embora eu não tenha como comprovar, não sei se é verdade ou não.

E, para concluir, eu quero dizer o colega Sandro a todos os colegas novos também, que eu, como operador do DCCI na Secretaria de Segurança, dia desses, eu vi a ação dos colegas novos durante um jogo no Beira-Rio, e eu fiquei apavorado, eu fiquei preocupado com algumas imagens que me mandaram. Esses colegas estavam fazendo abordagens completamente fora do padrão, e absolutamente eu me perguntei: quem será que ensinou? Quem deu essa instrução para eles? Porque, antes de chegar na Guarda Municipal, eu estive nas fileiras da Brigada Militar, eu trabalhei muito em evento e eu vi que o que eles estavam fazendo ali era extremamente perigoso. E a minha preocupação, colega Sandro, que, infelizmente, já foi embora, eu imediatamente mandei um WhatsApp para o comandante Nascimento – está aqui o comandante de testemunha. Eu disse: “Comandante, pelo amor de Deus, coloca um guarda antigo com os novatos! Daqui um pouquinho vai dar um problema! Eles estão abordando com arma e punho no meio da multidão. Quem é que passou essa instrução para eles?” Eu tenho por obrigação aqui registrar que o comandante, na mesma hora, entrou em contato com o chefe daquele grupamento e solicitou que eles fossem retirados do local. Então, colega Sandro, é assim que a gente não se preocupa com vocês? É isso, que os antigos não se preocupam e discriminam vocês? Colega, reveja teus conceitos, venha conversar com a gente e respeite os aposentados, porque o que o senhor fez aqui foi uma vergonha! As palavras pejorativas que o senhor usou aqui contra os aposentados me

envergonharam, colega Sandro, infelizmente. Os colegas aposentados foram os primeiros a serem preteridos, foram jogados para baixo do tapete quando começaram as negociações do plano de carreira.

E agora eu vou entrar rapidamente nessa fala do plano de carreira. Os aposentados foram jogados para baixo do tapete como se fizessem parte da história suja da Guarda Municipal que não pode ser mostrada. Por que isso? Por que essa discriminação? Quando eu me aposento, quando eu quero ir embora, eu tenho a opção de escolher ir embora com paridade ou sem paridade, e a maioria dos nossos aposentados, quando vão, eles querem com paridade, porque eles sonham – eles sonham – que um dia a categoria vai ser valorizada e eles vão de carona. Mas não, primeira coisa que fizeram foi: “Tira os aposentados!” Por que isso? Por que isso? E agora, infelizmente, o prefeito Melo manda esse projeto aqui para esta Casa para debater, para discutir e transferir responsabilidade, por que, prefeito Melo? Nós, tantas vezes, tentamos conversar com o senhor. Nós estivemos numa reunião com tantas entidades sindicais, a Cindi estava junto, e o prefeito, Ver. José Freitas, disse na nossa frente, estava lá a AGMPA, estava o Sindiguardas, estava o Simpa: “Enquanto não houver consenso nesse projeto eu não vou enviar ele para a Câmara de Vereadores”. Uma semana depois, ele mandou, gente – que é isso? E aí eu vejo colegas aqui sendo favoráveis a esse projeto... é muito fácil ser favorável a esse projeto ganhando R\$ 27 mil por mês de horas-aula. Aí é fácil, R\$ 27 mil, R\$ 23 mil, R\$ 15 mil, além dos salários – e isso está sendo apurado, investigado pela nossa Corregedoria, e eu tenho certeza que logo alguns vão ser responsabilizados. Aí eu quero ver se eles vão ser favoráveis ao plano, aí eu quero ver.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Para concluir, Lauro.

SR. LAURO DOVAL: É muito fácil ser favorável a esse projeto também quando tu sabes, quando tu descobres que vai ter uma FG turbinada! Que tristeza, gente, que tristeza. Eu vi vários colegas que trabalhavam junto comigo, às vezes, do mesmo setor, que eram contra esse projeto. Chegavam todo dia no ouvido do

Lauro, vice-presidente da AGMPA: “Lauro, temos que acabar com esse projeto. Esse projeto não pode ir à frente”. De uma hora para outra, misteriosamente, estavam do lado de lá do balcão. E aí o Lauro viu o projeto de plano de carreira e viu ali que as FGs eram turbinadas, foram gordamente turbinadas. Aí é fácil ficar contra o projeto, eu quero ver ser a favor do projeto, Ver. José Freitas, sabendo que tem muitos colegas ali, muitos colegas ali, que chegam no final do mês e não conseguem comprar os remédios para pressão, para diabetes, causadas pelo longo tempo de exposição, trabalhando em pé, trabalhando em condições insalubres, *etc., etc., etc.*

Para finalizar, eu quero dizer aos vereadores que esse debate deveria ter sido feito no Executivo, Ver. Freitas, devia ser feito com as entidades sindicais. O prefeito transferiu responsabilidades, ele colocou um pepino, um abacaxi no colo de vocês e disse assim: “Eu não quero ter esse desgaste político; meus irmãos, meus caros vereadores, minha bancada, descasquem esse abacaxi”. Muito obrigado a todos. Boa noite, grande abraço. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado Lauro. Obrigado, vereadores, obrigado, secretários, um abraço a toda Guarda Municipal.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente Audiência Pública.

(Encerra-se a audiência pública às 21h27min.)